

DIREÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO  
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO

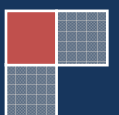
2012

1º semestre

DERT

# Relatório sobre regulamentação coletiva de trabalho publicada no 1º semestre de 2012

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO



### **Ficha Técnica**

---

**Título:** Relatório sobre a regulamentação coletiva de trabalho publicada no 1º semestre de 2012.

**Data:** Julho de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 3 de julho.

### **Editores**

#### **Divisão de Estudos de Rendimentos do Trabalho**

Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Ministério da Economia e do Emprego

Praça de Londres, n.º 2 - 7.º andar

1049-056 LISBOA

Telefone: 21 844 14 00

Fax: 21 844 14 25

E-mail: [dgert@dgert.mee.gov.pt](mailto:dgert@dgert.mee.gov.pt)

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

## Conjuntura económica

Na área Euro (AE), o PIB em termos reais registou uma variação homóloga nula no 1º trimestre de 2012 (0,7% no 4º trimestre de 2011). Em abril, observou-se uma diminuição ligeira do indicador de sentimento económico e uma recuperação do indicador de confiança dos consumidores da AE.

Em Portugal e de acordo com as **Contas Nacionais Trimestrais** do INE para o 1º trimestre de 2012 o PIB manteve um crescimento negativo em volume apresentando uma variação homóloga de -2,2%, depois de uma queda de 2,9% no quarto trimestre de 2011. Esta evolução foi determinada pelo contributo negativo da procura interna (-6,4 pontos percentuais e -10,3 pontos percentuais no 4.º trimestre) e do investimento<sup>1</sup>.

Atendendo aos dados quantitativos disponíveis relativos ao mês de abril, esta tendência irá manter-se no 2º trimestre, uma vez que, em termos homólogos<sup>2</sup>:

- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 5.6%, e o índice de volume de negócios desceu 7,6% (-1,7% e 0,5% respectivamente no 1.º trimestre);
- o Índice de Produção na Construção registou uma variação de -16%, -3,1 pontos percentuais face ao valor observado no 1.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços registou uma variação -12,6%, que representa uma quebra de 3,5 pontos percentuais face ao valor observado no 1.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma variação homóloga de -5,7%, inferior em 0,9 pontos percentuais face ao valor observado no último trimestre.

Em maio de 2012, a taxa de variação mensal do Índice de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em -0,3% e a taxa de variação média dos últimos doze meses foi 3,3%.

Os resultados do Inquérito ao Emprego relativos ao 1º trimestre de 2012 evidenciam um comportamento negativo do mercado de trabalho que se traduz por um aumento da taxa de desemprego estimada em 14,9% para o 1º trimestre de 2012, superior em

---

<sup>1</sup> Boletim mensal de Estatística – Maio de 2012 (INE).

<sup>2</sup> Informação disponibilizada pelo GPEARI, Junho de 2011, Boletim Mensal de Economia Portuguesa, elaborado com informação disponível até ao dia 3 de Julho.

2,5 pontos percentuais ao do trimestre homólogo de 2011 e em 0,9 pontos percentuais ao do trimestre anterior.

Contribuindo para esta evolução, em 2012, até final de junho, 478 empresas concluíram os processos de despedimento colectivo por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos (artº359º do Código do Trabalho) que abrangeram 4414 trabalhadores, traduzindo-se num aumento, comparativamente com o mesmo período de 2011, de 83,1% e 239,6% respetivamente. Os trabalhadores abrangidos nestes processos representavam 20,8% em 2011 e 11,8% em 2012 do total do pessoal ao serviço das empresas em que os empregadores procederam a um despedimento colectivo.

A maioria dos trabalhadores envolvidos nestes processos cessou o contrato de trabalho por iniciativa do empregador por via do despedimento (95% em 2012) enquanto aos restantes 5% foram aplicadas outras medidas (Quadro I).

Até junho de 2012, a maioria das empresas envolvidas nestes processos de despedimento coletivo localiza-se na região norte (43%) e na região de Lisboa e Vale do Tejo (40%) e eram micro e pequenas empresas (81% do total em 2011 e em 2012).

**Processos de despedimentos coletivos concluídos em 2011 e 2012, até Maio de cada ano**

	Empresas	Trabalhadores				
		Total	a despedir	despedidos	revogação	outras medidas
Janªa junho 2012	478	37430	4414	4191	42	174
Janªa Junho 2011	261	11022	2296	2179	79	39
tx variação	83,1	239,6	92,3	92,3	-46,8	289,7

Fonte:DGERT

### Análise dos IRCT publicados

No conjunto dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), quer negociais quer não negociais, observa-se um decréscimo significativo face ao semestre homólogo de 2011, tendo sido publicados no 1º semestre de 2012, 42 convenções coletivas, 3 acordos de adesão, 12 portarias de extensão e 1 decisão arbitral obrigatória (revisão da anterior; algumas cláusulas) (vide Quadro I).

#### **Quadro I**

##### **Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados nos 1º semestres de 2009 a 2012**

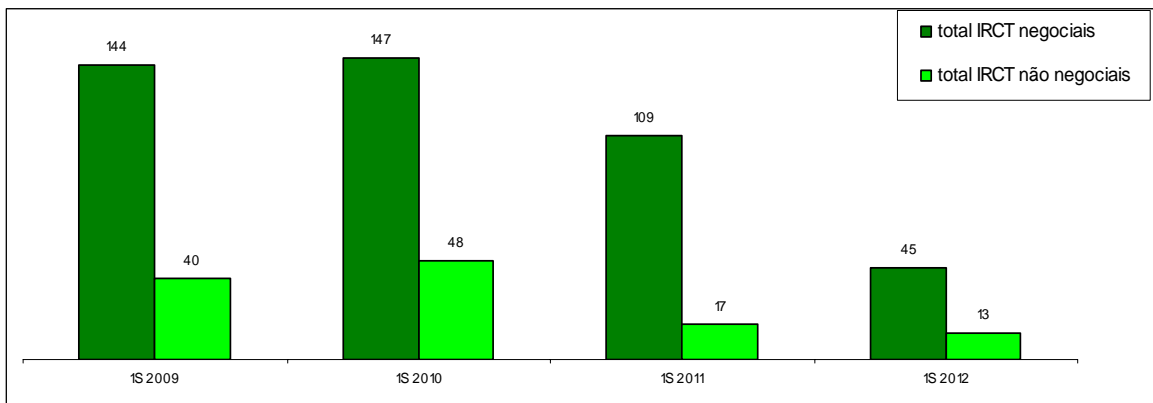
<b>IRCT</b>	<b>1S 2009</b>	<b>1S 2010</b>	<b>1S 2011</b>	<b>1S 2012</b>
Contratos coletivos	84	100	52	17
Acordos coletivos	12	18	13	6
Acordos de empresa	43	29	36	19
<b>Total de convenções coletivas</b>	<b>139</b>	<b>147</b>	<b>101</b>	<b>42</b>
Acordos de adesão	5	0	7	3
Decisões de arbitragem voluntária	0	0	0	0
<b>Total de IRCT negociais</b>	<b>144</b>	<b>147</b>	<b>108</b>	<b>45</b>
Decisões de arbitragem obrigatória	0	0	1	1
Portarias de extensão	40	48	17	12
Portarias de condições de trabalho	0	1	0	0
<b>Total de IRCT</b>	<b>184</b>	<b>196</b>	<b>126</b>	<b>58</b>

Fonte: DGERT-DERT

Em relação ao semestre homólogo de 2011, publicaram-se menos 58,3% IRCT negociais e menos 53,9% do total dos IRCT. Verifica-se uma tendência de diminuição dos IRCT, comparativamente com os semestres homólogos dos três últimos anos, sendo particularmente evidente no semestre em análise (vide Gráfico I).

**Gráfico I**

**Total de IRCT publicados nos 1º semestres de 2009 a 2012**

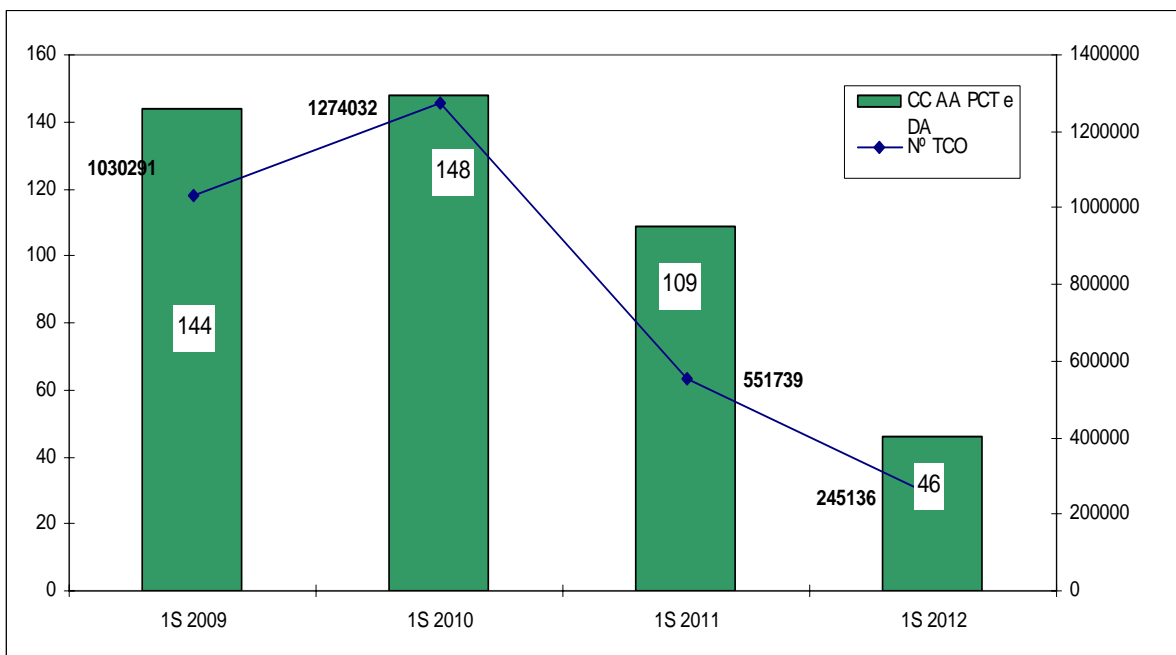


Fonte: DGERT – DERT

Neste semestre, no que concerne a convenções coletivas e decisões arbitrais (IRCT aos quais é referenciado o total de trabalhadores dos setores e empresas abrangidos pelos mesmos), bem como ao referido número de trabalhadores, registou-se um decréscimo significativo nestes dois indicadores, relativamente ao semestre homólogo (vide Gráfico II).

**Gráfico II**

**Total de convenções coletivas, acordos de adesão, decisões arbitrais e portarias de condições de trabalho publicadas e trabalhadores dos setores e empresas abrangidos nos 1º semestres de 2009 a 2012**



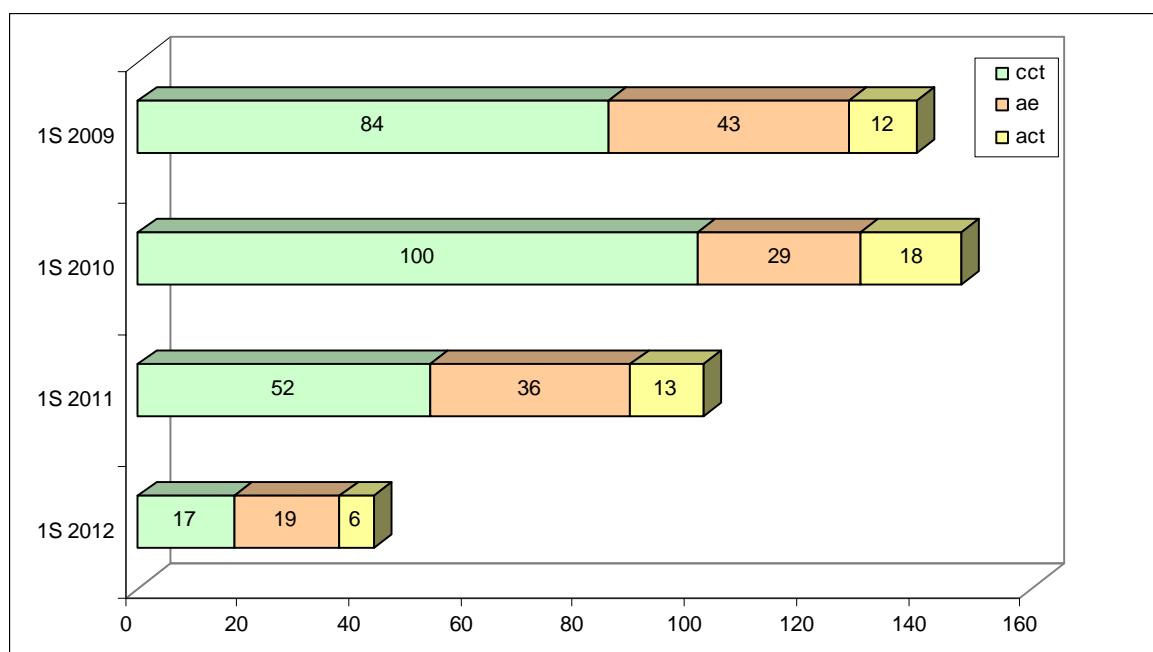
Fonte: DGERT – DERT

### Tipos e subtipos de convenções coletivas

Quanto à composição por tipo de convenções colectivas, os contratos coletivos, com maior expressividade, e os acordos de empresa destacam-se relativamente aos acordos coletivos (variando entre 40,4% e 68,0% para os CC e 19,7% e 45,2% para os AE), nos 1º semestres de 2009 a 2011. No entanto, importa referir que no 1º semestre de 2012 houve uma alteração da distribuição do tipo de IRC, sendo que o peso dos AE, 45,2%, atingiu o valor mais elevado e ultrapassou pela 1ª vez o peso dos CC no total (vide Gráfico III).

**Gráfico III**

**Tipos de convenções coletivas publicadas nos 1º semestres de 2009 a 2012**



Fonte: DGERT – DERT

O subtipo de convenções coletivas publicadas durante o 1º semestre de 2012 mais representativo é o referente a alterações salariais e outras (40,5%), seguindo-se o de revisão global (28,6%) (vide Quadro II).

**Quadro II****Subtipos de convenções coletivas publicadas no 1º semestre de 2012**

<b>Subtipos de convenções coletivas</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Revisão global	12	28,6
Alteração salarial e outras e texto consolidado	8	19,0
Alteração salarial e outras	17	40,5
1ª convenção	4	9,5
Alteração não salarial	1	2,4
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DGERT – DERT

Importa salientar ainda um aspecto relativo ao subtipo de convenção coletiva publicada pela 1ª vez (1ª convenção) que é a sua representatividade relativa (9,5%) próxima da verificada nos outros semestres.

O total de trabalhadores dos setores regulados pelos IRCT publicados no 1º semestre é de 245 136<sup>3</sup> (inclui a arbitragem obrigatória), assistindo-se a uma redução de 55,6% em relação ao 1º semestre de 2011.

As atividades de saúde humana e apoio social (45,8%), seguida do Alojamento, restauração e similares (27,0%) foram as atividades económicas que mais se destacaram em termos de negociação coletiva (vide gráfico IV).

Os contratos coletivos publicados abrangeram setores ou empresas com 210.284 trabalhadores,<sup>4</sup> que representam, no 1º semestre de 2012, 85,8% do total dos trabalhadores.

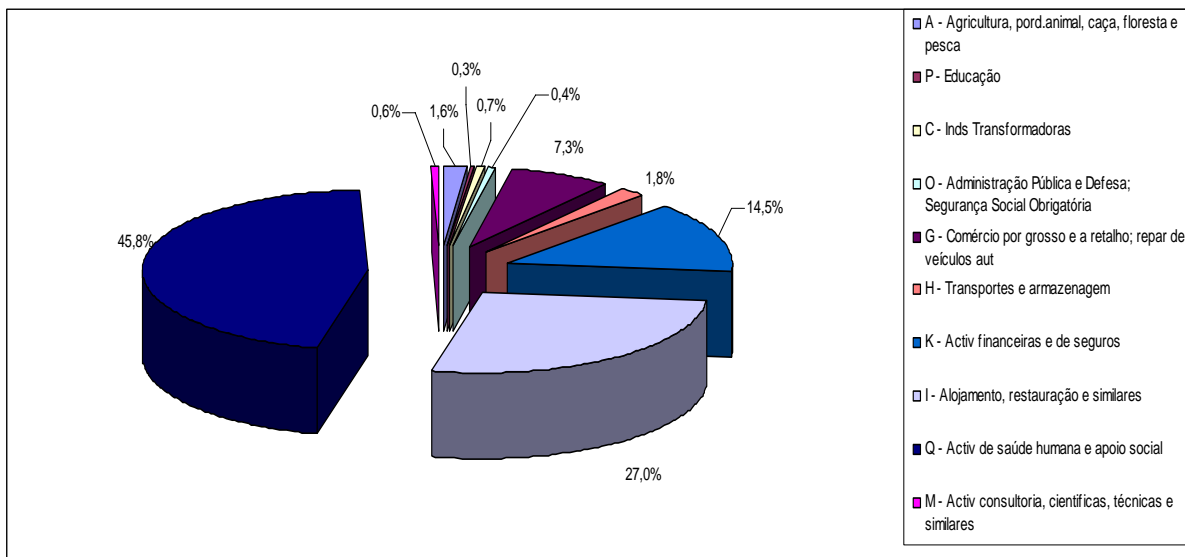
<sup>3</sup> O nº de trabalhadores referido é diferente do apurado para a informação relativa à variação intertabelas por incluir os TCO das primeiras convenções e das revisões não salariais.

<sup>4</sup> O nº de trabalhadores referido é diferente do apurado para a informação relativa à variação intertabelas por incluir os TCO das primeiras convenções e das revisões não salariais.



**Gráfico IV**

**Distribuição dos trabalhadores por atividades económicas abrangidas  
pelos IRCT publicados no 1º semestre de 2012**



Fonte: DGERT – DERT

**Variação salarial intertabelas**

No 1º semestre de 2012 foram publicados: 17 CC, 6 AC, 19 AE e 1 Decisão Arbitral (DA), tendo sido abrangidos por alterações salariais sectores e empresas com 208.347 trabalhadores.

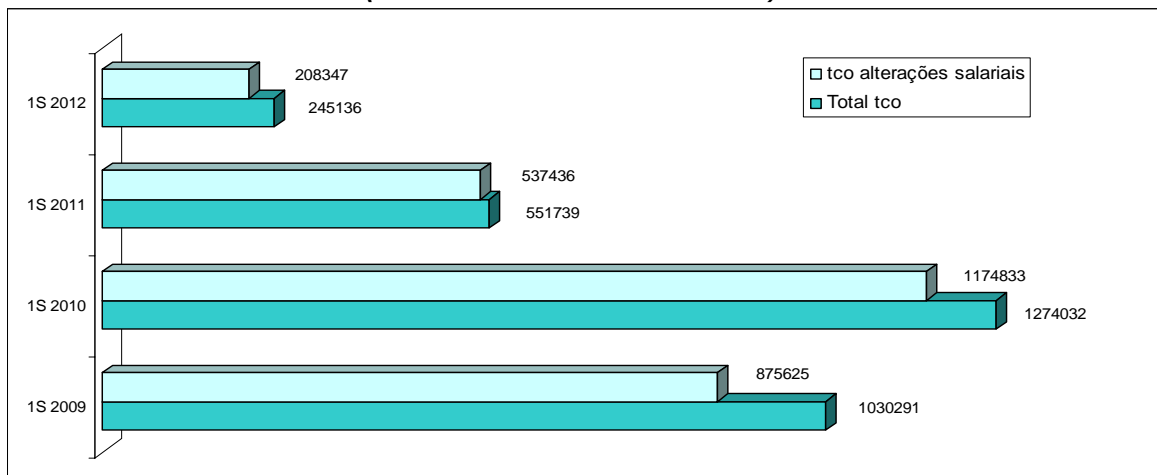
Tendo como referência os semestres homólogos anteriores, podemos verificar que, em 2012, se assistiu a um decréscimo significativo quer do número de trabalhadores dos sectores e empresas abrangidos por alterações salariais, quer do número de convenções coletivas publicadas (vide gráficos III e V).

No 1º semestre de 2012, quatro convenções coletivas abrangeram 95% dos trabalhadores 208.211, o CC Instituições de solidariedade (107.140), CC Restaurantes e similares (66.487), CC Seguros (12.282) e o CC Comércio (Setúbal) (11.960).

O período médio de eficácia das tabelas anteriores foi de 17,8 meses, inferior ao verificado no mesmo período do ano anterior (19,2 meses).

**Gráfico V**

**Nº de trabalhadores dos setores e empresas abrangidos  
(1º semestre de 2009 a 2012)**

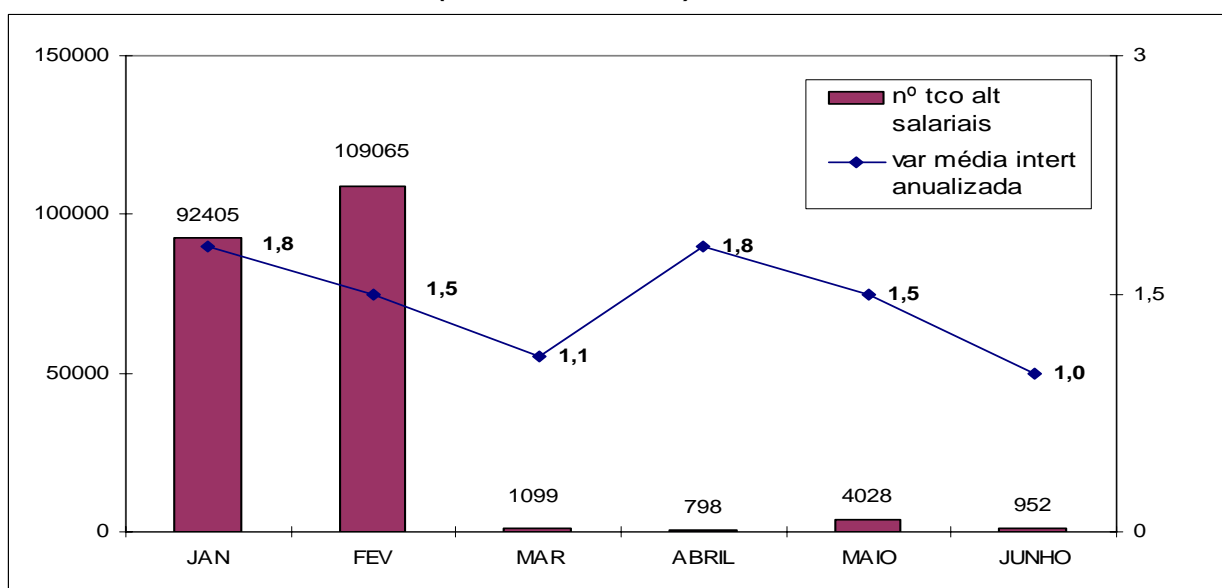


Fonte: DGERT – DERT

A variação média intertabelas anualizada para o conjunto dos IRCT situou-se em 1,6%, inferior à do semestre homólogo de 2011 (2,0%), tendo registado uma trajectória diferenciada ao longo do semestre, traduzindo também as variações associadas às remunerações mínimas negociadas e à RMMG, uma vez que a data de início de eficácia das convenções mais representativas se situou no ano de 2010 (Gráfico VI)

**Gráfico VI**

**Nº de trabalhadores dos setores e empresas abrangidos  
por alterações salariais e variação salarial média nominal anualizada por mês  
(1º semestre 2012)**

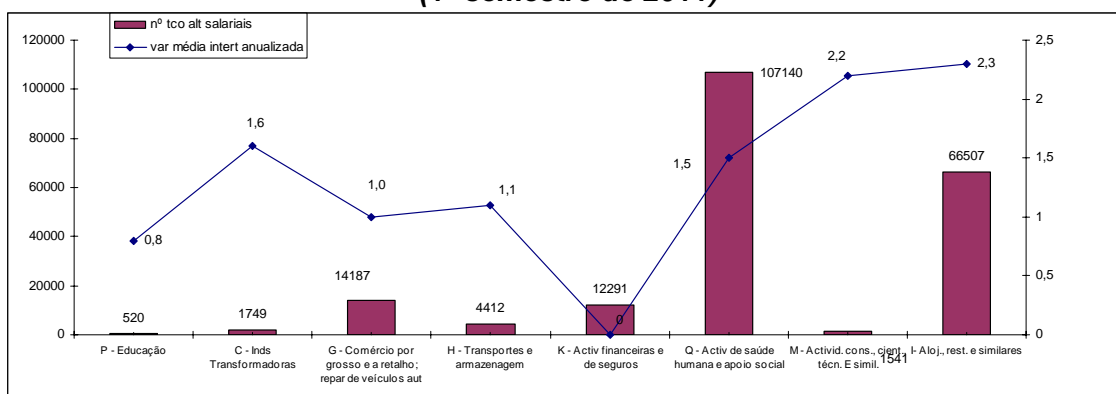


Fonte: DGERT – DERT

Os setores de atividade que registaram maiores variações nominais foram: o Alojamento, restauração e similares (2,3%), as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (2,2%) apresentando aumentos superiores à média (1,6%) e as Indústrias transformadoras com um valor idêntico ao da média (1,6%). As atividades financeiras e de seguros (0%), a Educação (0,8%), o Comércio por grosso e a retalho; a reparação de veículos automóveis (1,0%) foram as que apresentaram as menores variações nominais para o período em análise (vide Gráfico IV e Quadro I em Anexo).

**Gráfico VII**

**Nº de trabalhadores dos setores e empresas abrangidos por alterações salariais e variação salarial média nominal anualizada por setor de atividade (1º semestre de 2011)**



Fonte: DGERT – DERT

A variação nominal média intertabelas para as convenções coletivas cujas tabelas anteriores tinham um ano de eficácia assumiu o valor de 1,5%, idêntico ao registado no 1º semestre de 2011 (1,6%) e superior ao do semestre anterior (1,0%). Os trabalhadores dos setores regulados por estas convenções representam cerca de 60,6% do total do período (vide Quadro III em Anexo).

### **Variação nominal e real (inflação passada e inflação prevista)**

Selecionaram-se as convenções publicadas durante o primeiro semestre de 2012 cujas tabelas salariais têm efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012 e cujas tabelas anteriores tiveram 12 meses de eficácia, que respeitam a setores ou empresas com 41,7% do total de trabalhadores dos setores ou empresas abrangidos pelo total das convenções publicadas no mesmo semestre (Quadro V em anexo).

### Variação nominal

Em termos nominais, a variação média para o total dos IRC foi de 1,6%, sendo igualmente positiva para qualquer das atividades consideradas que tiveram acréscimos entre 1,2% e 3,2%.

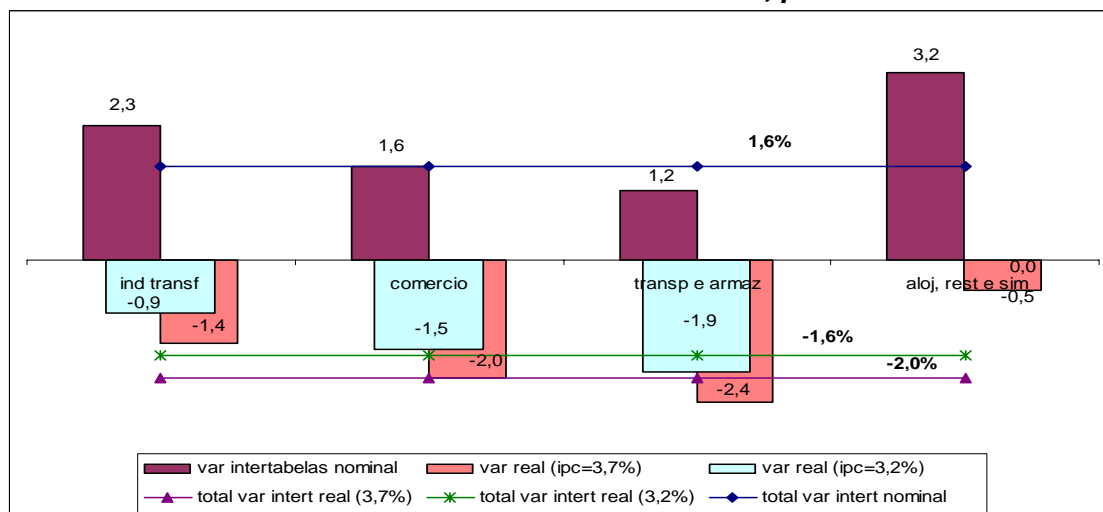
### Deflação com a inflação passada

Calculou-se a **variação média intertabelas deflacionada** com o valor registado do IPC durante o período de eficácia das tabelas salariais anteriores (-3,7%). Esta variação foi negativa para o total dos IRC (-2,0%), o que significa que as remunerações convencionais publicadas em 2012, na data do início da respectiva eficácia, tinham menor poder aquisitivo do que as anteriores no início da correspondente eficácia.

Passando à análise por atividades é de relevar que foram observadas variações médias **reais** negativas na maioria das mesmas, apresentando variações salariais entre -0,5% e -2,4%.

Gráfico VIII

**Variação nominal e real (inflação passada e inflação prevista) das tabelas salariais publicadas no 1º semestre de 2012, com data de efeitos a 1 de Janeiro de 2012, por atividade**



Fonte: DERT-DGERT

### **Deflação com a inflação prevista**

Considerando os mesmos **IRC** cujas tabelas salariais têm efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012, pode ser elaborado, ainda, um comparativo com **a inflação prevista para o ano de 2012 (3,2%)**.

**A variação média deflacionada foi negativa, -1,6%**. Pode, pois, concluir-se que a atualização salarial para estas convenções irá traduzir-se numa evolução negativa durante o seu período de vigência, assistindo-se, assim a uma perda do poder de compra, uma vez que o aumento real, em média, foi de -1,6%. De assinalar que em todos os setores de atividade se registou uma evolução negativa das remunerações. As variações oscilaram entre -1,9% (*Transportes e armazenagem*) e 0,0% (*Alojamento, restauração e similares*).

## **ANEXOS**

**Quadro I – Variação média ponderada intertabelas por setor de atividade no 1º semestre de 2012**

**Quadro II – Variação média ponderada intertabelas por mês (1º semestre de 2012)**

**Quadro III – Variação média ponderada intertabelas dos IRCT em que a eficácia da tabela anterior é igual a 12 meses por setor de atividade no 1º semestre de 2012**

**Quadro IV – Variação média ponderada intertabelas dos IRCT em que a eficácia da tabela anterior é igual a 12 meses por mês (1º semestre de 2012)**

**Quadro V – Convenções publicadas durante o primeiro semestre de 2012 cujas tabelas salariais têm efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012 e cujas tabelas anteriores tiveram 12 meses de eficácia**

*Quadro I*

*Varição média ponderada intertabelas por setor de atividade*

*no 1º semestre de 2012*

ATIVIDADES	Número de trabalhadores	Eficácia (meses)	Variação (%)			Variação anualizada (%)		
			Intertabelas		IPC	Intertabelas		IPC
			Nominal	Deflacionada		Nominal	Deflacionada	
			1	2	3	4	5	6
<b>TOTAL</b>	208347	17,8	2,4	1,9	0,6	1,6	1,6	0,0
Indústrias transformadoras	1749	24	2,5	-1,7	4,3	1,6	-1,0	2,6
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	14187	12	1,0	1,1	-0,1	1,0	1,1	-0,1
Transportes e armazenagem	4412	34	2,8	-3,2	6,3	1,1	-1,7	2,9
Alojamento, restauração e similares	66507	24	4,7	2,9	1,7	2,3	1,5	0,8
Atividades financeiras e de seguros	12291	36	0,1	-3,9	4,2		-1,4	1,4
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1541	12	2,2	-0,7	2,9	2,2	-0,7	2,9
Educação	520	24	1,6	-3,3	5,1	0,8	-1,7	2,5
Atividades de saúde humana e apoio social	107140	12	1,5	2,3	-0,8	1,5	2,3	-0,8

Fonte: DGERT – DERT.

**Quadro II**

***Varição média ponderada intertabelas por mês (1º semestre de 2012)***

ATIVIDADES	Número de trabalhadores	Eficácia (meses)	Variação (%)			Variação anualizada (%)		
			Intertabelas		IPC	Intertabelas		IPC
			Nominal	Deflacionada		Nominal	Deflacionada	
			1	2	3	4	5	6
JANEIRO	92405	23,8	3,6	1,8	1,7	1,8	1,1	0,7
FEVEREIRO	109065	12,9	1,6	2,2	-0,8	1,5	2,2	-0,8
MARÇO	1099	27,0	2,5	-1,9	4,5	1,1	-1,1	2,2
ABRIL	798	14,0	1,8	-2,1	3,9	1,8	-1,7	3,5
MAIO	4028	13,9	1,6	-2,2	3,9	1,5	-2,0	3,6
JUNHO	952	13,3	1,1	-2,7	3,9	1,0	-2,5	3,6

Fonte: DGERT- DERT.



## Quadro III

*Varição média ponderada intertabelas dos IRCT em que a eficácia da tabela anterior é igual a 12 meses por sector de atividade no 1º semestre de 2012*

ATIVIDADES	Número de trabalhadores	Variação (%)		
		Intertabelas		IPC
		Nominal	Deflacionada	
1	2	3	4	
<b>TOTAL</b>	126132	1,5	2,0	-0,6
Indústrias transformadoras	896	2,3	-1,2	3,5
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	14187	1,0	1,1	-0,1
Transportes e armazenagem	2348	1,2	-2,4	3,7
Alojamento, restauração e similares	20	3,2	-0,5	3,7
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1541	2,2	-0,7	2,9
Atividades de saúde humana e apoio social	107140	1,5	2,3	-0,8

Fonte: DGERT- DERT.

## Quadro IV

*Varição média ponderada intertabelas dos IRCT em que a eficácia da tabela anterior é igual a 12 meses por mês (1º semestre de 2012)*

ATIVIDADES	Número de trabalhadores	Variação (%)		
		Intertabelas		IPC
		Nominal	Deflacionada	
		1	2	3
JANEIRO	13627	1,1	1,4	-0,4
FEVEREIRO	107140	1,5	2,3	-0,8
MARÇO	0	-	-	-
ABRIL	663	2,1	-1,5	3,7
MAIO	3818	1,6	-2,0	3,7
JUNHO	884	1,0	-2,6	3,7

Fonte: DGERT – DERT.

Quadro V

Convenções publicadas durante o primeiro semestre de 2012 cujas tabelas salariais têm efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012 e cujas tabelas anteriores tiveram 12 meses de eficácia

Setor de atividade económica	Descrição do IRCT	Nº de trabalhadores	Variação (%)		
			Intertabelas		
			Nominal	Deflacionada	
				(IPC =-3,7)	(IPC =3,2) *
Indústrias transformadoras	CCT Ind. de panificação de Lisboa, (trab administratvos)	266	2,8	-0,9	-0,4
	AE SIDUL AÇUCARES, Unipessoal, Lda	199	2,3	-1,4	-0,9
	CCT Ind. Bolachas e afins (pessoal fabril, de apoio e manutenção)	305	1,9	-1,7	-1,3
	<b>Total</b>	<b>770</b>	<b>2,3</b>	<b>-1,4</b>	<b>-0,9</b>
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	CCT Comércio por grosso de produtos farmacêuticos	832	2,0	-1,6	-1,2
	ACT MEAGRI, CRL e outras	579	0,6	-3,0	-2,5
	CCT Comércio por grosso de produtos químicos e farmacêuticos	816	2,0	-1,6	-1,2
	<b>Total</b>	<b>2227</b>	<b>1,6</b>	<b>-2,0</b>	<b>-1,5</b>
Transportes e armazenagem	ACT Emp. Navegação Madeirense, Lda; Mutualista Açoreana de Transportes Marítimos, SA; SACOR MARÍTIMA, SA; TRANSINSULAR SA; NAVEGAR, SA; PORTLINE, SA; Vieira & Silveira, SA	157	1,0	-2,6	-2,1
	ACT Auto-Estradas de Portugal, SA ; GEIRA, SA	185	1,3	-2,3	-1,8
	ACT BRISA, SA; Via Verde Portugal, SA; BRISA O & M, SA; BRISA, Inovação e Tecnologia, SA; BRISA- Cons. Infraestruturas, SA; BRISA - Eng e Gestão., SA	1965	1,2	-2,4	-1,9
	<b>Total</b>	<b>2307</b>	<b>1,2</b>	<b>-2,4</b>	<b>-1,9</b>
Alojamento, restauração e similares	AE Sitava Turismo, SA	20	3,2	-0,5	0,0
	<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>3,2</b>	<b>-0,5</b>	<b>0,0</b>
		<b>5324</b>	<b>1,6</b>	<b>-2,0</b>	<b>-1,6</b>

Fonte: DGERT – DERT.

\*Previsão Banco de Portugal, atualizada em junho de 2012.

